



## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº      , DE 2015**

Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.



SF/15501.72809-50

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O *caput* do art. 50 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 50.** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou de entidades da administração indireta federal, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com a redação atual do art. 50 da Constituição Federal (CF), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e qualquer de suas comissões só podem convocar, para prestar informações, Ministros de Estado ou titulares de órgãos vinculados diretamente à Presidência da República. Essa prerrogativa, embora seja obviamente relevante, definitivamente não é suficiente para o pleno exercício das funções fiscalizatórias do Congresso Nacional.

Isso ocorre porque, na atualidade, muitas das políticas públicas são efetivadas por intermédio de entidades da administração indireta – autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Porém, os dirigentes dessas pessoas jurídicas não podem, segundo o regramento vigente, ser convocados pelo Congresso.

Necessário se faz, portanto, modificar, por meio de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a redação do art. 50 da CF, com o intuito de ampliar o poder de convocação do Poder Legislativo, a fim de abranger também os dirigentes de entidades da administração indireta da União.

Essa proposta de alteração, aliás, não é sequer nova. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apurou os desvios nos Correios, em 2005 e 2006, e que apurou o caso que ficou conhecido como o “Mensalão”, já apresentara a PEC nº 41, de 2006, com teor semelhante, mas que restou arquivada. Utilizamos como base o texto naquela época proposto, com pequenos aperfeiçoamentos de técnica legislativa, apenas para deixar o texto mais claro e direto.

A mudança, aliás, mostra-se necessária, uma vez que os Ministros de Estado – que, pelo regramento atual, deveriam prestar essas informações – têm-se reiterado negado a fornecê-las. Demais disso, ressalte-se que essa fundamental mudança terminará por ampliar também o poder do Congresso Nacional de requisitar informações, uma vez que a alteração proposta no *caput* do art. 50 será refletida na competência estabelecida no § 2º do mesmo artigo.

Assim sendo, por se tratar de proposta que fortalece o Legislativo, concretizando os princípios constitucionais da República, da transparência e do Estado de Direito, apresentamos esta PEC, esperando contar com o apoio de todos os Parlamentares em sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ SERRA**  
**PSDB-SP**



Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

<b>Nome do Senador</b>	<b>Assinatura</b>
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	



Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

<b>Nome do Senador</b>	<b>Assinatura</b>
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	
31.	
32.	
33.	
34.	
35.	
36.	
37.	
38.	
39.	
40.	
41.	
42.	
43.	
44.	
45.	
46.	

